

ABRINDO AS FRONTEIRAS DA UNIVERSIDADE ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO SEXUAL NAS ESCOLAS: RELATO DE EXPERIÊNCIA

OPENING THE FRONTIERS OF THE UNIVERSITY THROUGH SEXUAL
EDUCATION IN SCHOOLS: EXPERIENCE REPORT

Jéssica Mariana Lima de Oliveira

Bacharela em Saúde pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia- UFRB
jessicamlo@hotmail.com

Adailton Alves da Costa Filho

Bacharel em Saúde pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia- UFRB
adailtonalvees@hotmail.com

Abdias de Souza Alves Júnior

Mestre em Estudos Interdisciplinares sobre Universidade pela Universidade Federal da Bahia - UFBA.
abdias.junior.sa@gmail.com

Sibele de Oliveira Tozetto Klein

Doutora em Biologia Geral, na Eberhard Karls Universität Tübingen. Docente Associada do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia;
sibele.tozetto@ufrb.edu.br

Marla Niag dos Santos Rocha

Mestre em Saúde da Família pela Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO) em parceria com Universidade Federal do Recôncavo da Bahia- UFRB. Docente Auxiliar de Saúde da Mulher do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
marlaniag@yahoo.com.br

RESUMO

O objetivo do relato é descrever a vivência de discentes pertencentes a uma Liga Acadêmica da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), em uma atividade de extensão intitulada "Educação Sexual nas Escolas - Mitos e Verdades". Trata-se de uma atividade extensionista desenvolvida em escolas da rede pública e privada do município de Santo Antônio de Jesus no estado da Bahia, nos anos de 2018 e 2019, com público de jovens entre 13 e 15 anos. Foi desenvolvido um formulário com assertivas verdadeiras e falsas acerca da temática, para que os adolescentes pudessem assinalar o que consideravam como sendo mito ou verdade. O formulário foi a ferramenta base que estruturou toda a discussão, sendo utilizado no início da oficina. A partir das respostas obtidas iniciou-se as discussões acerca de cada assertiva, com explicações sobre os mitos e verdades, podendo abordar a temática de forma ampla, acessível e participativa. Os resultados revelam como os serviços universitários extensionistas se apresentam como uma atividade exitosa na educação em saúde, especificamente no conhecimento e garantia dos direitos sexuais e reprodutivos.

Palavras-chave: Adolescentes. Sexualidade. Infecções Sexualmente Transmissíveis.

ABSTRACT

The objective of the report is to describe the experience of students belonging to an Academic

League of the Federal University of Recôncavo da Bahia (UFRB), in an extension activity entitled "Sexual Education in Schools - Myths and Truths". It is an extension activity developed in public and private schools in the municipality of Santo Antônio de Jesus - Ba, in the years 2018 and 2019, with a public of young people between 13 and 15 years old. A form was developed with true and false statements about the theme, so that adolescents could mark what they considered to be myth or truth. The form was the basic tool that structured the entire discussion, being used at the beginning of the workshop. From the answers obtained, discussions about each assertion began, with explanations about the myths and truths, being able to address the theme in a broad, accessible and participatory way. The results reveal how university extension services are presented as a successful activity in health education, specifically in the knowledge and guarantee of sexual and reproductive rights.

Keywords: Adolescent; Sexuality; Sexually Transmitted Infections.

INTRODUÇÃO

Em 1988, a Constituição Brasileira reconheceu os direitos das crianças e dos adolescentes priorizando para estes os cuidados com a saúde e a educação (BRASIL, 1988). Com relação aos direitos sexuais e reprodutivos, o Ministério da Saúde garante a esta população o direito de: i) viver e expressar livremente a sexualidade sem violência, discriminações e imposições, e com respeito pleno pelo corpo do(a) parceiro(a); ii) escolher o(a) parceiro(a) sexual; iii) viver plenamente a sexualidade sem medo, vergonha, culpa e falsas crenças; iv) viver a sexualidade independentemente de estado civil, idade ou condição física; v) escolher se quer ou não quer ter relação sexual; vi) expressar livremente sua orientação sexual; vii) ter relação sexual independente da reprodução; viii) ter sexo seguro para prevenção da gravidez indesejada e aquisição de doenças sexualmente transmissíveis (DSTs); ix) ter acesso a serviços de saúde que garantam privacidade, sigilo e atendimento de qualidade e sem discriminação; e x) aquisição de informação e acesso a uma educação sexual e reprodutiva (BRASIL, 2009). Além disso, os direitos à assistência e aos cuidados com a saúde sexual e reprodutiva do adolescente também foram assegurados com a criação do Programa de Saúde do Adolescente (PROSAD), em 1999 (Ministério da Saúde, 2013).

Geralmente é na fase da adolescência que os indivíduos começam a vivenciar e experimentar as primeiras práticas sexuais. Esta fase compreende de acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS) (WHO, 1986) e com

o Estatuto da Criança e Adolescente (BRASIL, 1990) os períodos entre os 10 e 19 anos e 12 a 18 anos, respectivamente. Neste momento de vida, os jovens passam por alterações significativas de ordem biológica, e adentram ao mesmo tempo, em um mundo de novas descobertas, o que pode também os inserir em um grupo de vulnerabilidade à aquisição de doenças sexualmente transmissíveis (DST), a gravidez precoce, ao aborto, além de desequilíbrios de natureza fisiológica e psicológica (Silva et al., 2015).

Apesar da relevância da Estratégia de Saúde da Família em direção à saúde do adolescente, percebe-se, na rotina dos serviços das Unidades Básicas de Saúde (UBS), uma baixa frequência de adolescentes e pouca oferta de programas direcionados para os mesmos, mostrando que as ações voltadas à saúde desta população ainda são insuficientes (VIEIRA, 2014). A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) registraram dados onde estes serviços de saúde não aparecem como um lugar importante e prioritário para se encontrar informações confiáveis sobre sexualidade na adolescência dos brasileiros (Ministério da Saúde, 2013). O Ministério da Saúde reconhece que para uma melhor promoção da saúde de adolescentes e jovens, é fundamental a realização de ações educativas sobre sexualidade, gênero, saúde sexual e reprodutiva. Vale ainda ressaltar a importância de que estas ações educativas se desenvolvam não somente nos serviços de saúde, mas também em diferentes espaços, como nas escolas, nas associações comunitárias, e até nos domicílios com o envolvimento dos

pais e familiares (Ministério da Saúde, 2013; VIEIRA, 2014). O estudo de Campos e colaboradores (2017) com adolescentes do ensino médio evidenciou que a troca de saberes sobre os direitos sexuais entre pesquisadores e adolescentes, poderia interferir positivamente na promoção da saúde sexual, assim como, no planejamento das atividades na atenção primária, para a melhoria da promoção da saúde da população nesta faixa etária.

Reconhecendo a universidade como uma potência no campo da educação em saúde e dos impactos positivos das intervenções em comunidades, com a participação de indivíduos de diferentes idades, esse relato de experiência descreve a vivência de discentes pertencentes a Liga Acadêmica de Ginecologia e Obstetrícia do Recôncavo da Bahia (LAGORB), da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), na atividade de extensão intitulada "Educação Sexual nas Escolas - Mitos e Verdades" junto aos adolescentes em algumas escolas de Santo Antônio de Jesus (Bahia).

CONTEXTO DA EXPERIÊNCIA

Esta experiência trata-se de uma atividade extensionista desenvolvida em escolas da rede pública e privada do município de Santo Antônio de Jesus (Bahia), nos anos de 2018 e 2019, com público de jovens entre 13 e 15 anos. O projeto surgiu a partir do ensejo dos discentes da LAGORB de extrapolar os muros da universidade promovendo a troca de saberes e a expansão da universidade, através da educação em saúde.

Pensando na educação em saúde, os passos seguintes perpassam por identificar uma temática relevante e a metodologia a ser usada. A seleção do tema ocorreu após uma breve revisão da literatura, onde foi possível observar que Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST's) representavam um problema de Saúde Pública no território baiano, ocasionando mais de 12000 internações no Sistema Único de Saúde (SUS) entre os anos de 2008 e 2019 (BRASIL, 2020).

Entendendo que puberdade marca o início da atividade sexual, este período foi eleito como oportunidade ideal para a realização da pro-

moção de informações a respeito dos métodos de prevenção das IST's e de saúde sexual em geral. Nesse sentido, após contato com a direção dos colégios da rede pública e privada da zona urbana de Santo Antônio de Jesus, definiu-se que a atividade seria realizada com as turmas do 8º e 9º ano do Ensino Fundamental.

A metodologia foi pensada com intuito de realizar uma intervenção dialógica, que despertasse a curiosidade e que ao mesmo tempo fosse capaz de captar a atenção do grupo. Para isso, desenvolvemos como ferramenta auxiliar um formulário, contendo frases verdadeiras e falsas (Figura 1) sobre as infecções sexualmente transmissíveis, as assertivas versavam sobre as formas de contágio e a prevenção do HIV/AIDS, permitindo uma abordagem acessível e participativa.

Figura 1 - Formulário pré e pós teste aplicado durante atividade extensionista




Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Centro de Ciências da saúde
Liga Acadêmica de Ginecologia e Obstetrícia do Recôncavo da Bahia

Nome: _____
Série: _____

PRÉ E PÓS-TESTE (HIV/AIDS)

- Dar Beijo no rosto ou na boca, dar aperto de mão, abraço, ou trocar sabonete, toalha, lençóis, talheres e copos, com um portador do HIV, fara você correr o risco de contrair a doença.
- A pílula e o preservativo previnem a transmissão do HIV.
- Refere um comportamento de risco de infecção por HIV. Relações sexuais com múltiplos parceiros sem utilização de preservativo; Partilha de seringas infectadas; Presença de sangramento, como menstruação, no momento do ato sexual.
- A profilaxia pós exposição (PEP) "coquetel" do dia seguinte" pode impedir o contágio após exposição ao vírus.
- O vírus HIV pode ser identificado no período de 30 a 60 dias após a infecção.
- As chances de se contrair HIV através do sexo oral são menores do que sexo com penetração.
- É possível contrair o vírus da HIV através da masturbação com um(a) parceiro
- A mãe pode transmitir HIV para seu bebê no parto normal, através da amamentação e durante a gravidez, se a mulher infectada não realizar um acompanhamento médico adequado.
- Uma pessoa de aparência saudável, não possui HIV.
- A AIDS é uma doença que tem cura, tem vacina, e só ocorre em grandes capitais.

GABARITO

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Pré										
Pós										

Fonte: Acervo próprio, LAGORB – UFRB.

DESENVOLVIMENTO

A atividade contou com a participação de 46 adolescentes de duas escolas da zona urbana do município de Santo Antônio de Jesus, sendo desenvolvida durante o horário de aula. As assertivas utilizadas visavam abordar os seguintes eixos temáticos principais: contágio, prevenção, tratamento, diagnóstico e prognóstico.

A discussão das assertivas gerou um momento de inquietação e questionamentos, fomentando a produção e a consolidação do conhecimento acerca do tema abordado. Este momento, demonstra a importância da disseminação de informações e o seu impacto positivo nos comportamentos sexuais. Ao longo da atividade a dialógica se mostrou bastante espontânea, os participantes ao longo da atividade se mostraram abertos e confiantes para tirarem suas dúvidas sem receio de possíveis julgamentos. Trabalhar dentro da dinâmica de pré e pós teste possibilitou a criação de um ambiente leve e descontraído, além de evidenciar o impacto da atividade na aquisição de conhecimento acerca do tema discutido. Após a atividade, os participantes demonstravam entusiasmo e interesse em participar de outros momentos similares.

O comportamento sexual de um indivíduo depende não só da etapa de desenvolvimento em que se encontra, como do relacionamento familiar e do contexto social no qual está inserido (OTT, 2010). É na adolescência, quando as mudanças estão se consolidando, que o adolescente precisa de apoio, compreensão e informações bastante claras. Necessita, ainda, da garantia de suporte afetivo e de espaços permanentes para questionamentos, reflexões e diálogos, favorecendo o desenvolvimento de seu potencial pleno, como um ser inserido na sociedade (ALMEIDA; HARDY, 2007).

Segundo Kerntopf e colaboradores (2016) o desenvolvimento de atividades extensionistas voltadas para educação em saúde no ambiente escolar, se torna uma potente ferramenta na disseminação de informações acerca da educação sexual e reprodutiva. Isso porque a escola representa um dos espaços de apoio, presença e socialização dos adolescentes envolvidos, diminuindo as situações de riscos e

vulnerabilidade. Desta forma, a ação de extensionista, é potente no sentido de promover uma ampla troca de saberes e fomentar a construção do conhecimento em educação sexual atrelada aos conhecimentos sobre os direitos do cidadão jovem, muito importantes para lhes proporcionar, além do aprendizado, segurança para terem relações sexuais saudáveis, mais protegidas de ISTs, livres de coerção, discriminação e violência (CAMPOS et al., 2017).

É importante ressaltar que a dificuldade em levar aos adolescentes informações acerca da sexualidade traz uma reflexão sobre o que é previsto pelo Ministério da Saúde (BRASIL, 2009). Se tratando de direitos sexuais e reprodutivos, é garantido à criança e ao adolescente o direito à informação e a educação sexual e reprodutiva e limitar a família a responsabilidade de fornecer educação sexual às crianças e adolescentes pode deixá-los vulneráveis ao recebimento de informações com base no julgamento, crença individual e senso comum de pessoas que talvez não necessariamente estejam preparados para dar essas informações.

CONCLUSÃO

A atividade foi capaz de criar um espaço de diálogo e escuta, indispensável no desenvolvimento de atividades educativas voltadas para o público jovem. Além disso, este modelo de ensino-aprendizagem, visa respeitar os saberes e a autonomia, possibilitando aos participantes uma releitura e ressignificação do comportamento sexual, e conseqüentemente, uma reflexão crítica sobre a temática, configurando o direito de decidir sobre os atos que poderiam definir a sua saúde sexual.

Informar de maneira eficiente e clara, não se trata de uma tarefa fácil e exige uma fonte de informações segura e livre de julgamento de valores. Nesse contexto, a universidade se mostra como ferramenta potente na disseminação de informações, impactando positivamente na promoção da saúde, assim como, na educação sexual, contribuindo para o acesso do direito sexual e reprodutivo das crianças e adolescentes. O que reforça o papel fundamental do desenvolvimento das atividades extensionistas, permitindo que a universidade cumpra seu papel social.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, AFF; HARDY, E. Vulnerabilidade de gênero para paternidade em homens adolescentes. **Rev Saúde Pública**. v.41(4), p. 565-72, 2007.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST):** o que são, quais são e como prevenir. Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sih/cnv/niba.def>>. Acesso em: 17 de janeiro de 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Direitos sexuais, direitos reprodutivos e métodos anticoncepcionais**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2009. Disponível em: <http://bvs-ms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/direitos_sexuais_reprodutivos_metodos_anticoncepcionais.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2016.

BRASIL. **Saúde sexual e saúde reprodutiva**. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. Ministério da Saúde, Brasília, (Cadernos de Atenção Básica, n. 26), 1. ed., 1. reimpr, p. 300, 2013.

CAMPOS, Helena Maria et al. **Direitos humanos, cidadania sexual e promoção de saúde:** diálogos de saberes entre pesquisadores e adolescentes. Saúde em Debate, FapUNIFESP, [s.l.], v. 41, n. 113, p.658-669, abr. 2017.

KERNTOPF, Marta Regina et al. **Sexualidade na adolescência:** uma revisão crítica da literatura. Adolesc. Saúde, Rio de Janeiro, v. 13, supl. 2, p. 106-113, set. 2016.

OTT, MA. **Examining the development and sexual behavior of adolescent males**. J Adolesc Health. v. 47(3), p. 318, 2010.

SILVA, Aniel de Sarom Negrão et al. Início da vida sexual em adolescentes escolares: um estudo transversal sobre comportamento sexual de risco em Abaetetuba, Estado do Pará, Brasil. **Rev Pan-Amaz Saude**, Ananindeua, v. 6, n. 3, p. 27-34, set.,2015.

VIEIRA, Roberta Peixoto et al. Participação de adolescentes na Estratégia Saúde da Família a partir da Estrutura Teórico-Metodológica de uma Participação Habilitadora. **Rev. Latino-am.**, São Paulo, p.309-316, abr. 2014.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: <<https://normas.leg.br/api/binario/d9c9c09c-ee-80-42c9-a327-20fd195213c7/texto>> Acesso em 16 de janeiro 2021.

BRASIL. **Lei n. 8.069**, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. 1990a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm> Acesso em: 16 Jan. 2021.

WHO, World Health Organization. **Young People's Health – a Challenge for Society**. Report of a WHO Study Group on Young People and Health for All. Technical Report Series 731. Geneva: WHO, 1986. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/41720/WHO_TRS_731.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em:16 jan 2021.